# COLONIALISMO, GUERRA COLONIAL E A NOVA SANHA INQUISITORIAL

Nenhum povo pode viver em harmonia
consigo mesmo sem uma imagem *positiva* de si.
EDUARDO LOURENÇO

Neste último mês de Fevereiro, teve lugar nos media um inflamado debate sobre a nossa memória colonial e de repúdio do colonialismo, quase sempre por iniciativa de personalidades que se consideram progressistas e 'de esquerda'. Seguiram-se as réplicas dos seus émulos 'de direita' e, com alguma paciência e de forma mais recatada, as daqueles que procuram respeitar a verdade histórica e o sentido cultural de nação. No caso em apreço, a nem sempre serena ofensiva anticolonialista aproveitou-se do falecimento do tenente-coronel Marcelino da Mata e das homenagens fúnebres que lhe foram conferidas para verberar, uma vez mais, a memória da guerra colonial. Nesta onda, não faltou quem não tenha hesitado em contaminar com idêntica censura a epopeia dos Descobrimentos marítimos, como se Salazar tivesse sido o grande mentor do infante D. Henrique. Isto é, há quem considere que, mesmo no contexto pré-colonial da epopeia marítima, não se justifica qualquer tipo de orgulho nacional e que quem é 'de esquerda' e progressista deve rejeitar liminarmente essa emoção aprovadora, sentimento unicamente próprio de colonialistas e de saudosistas do salazarismo.

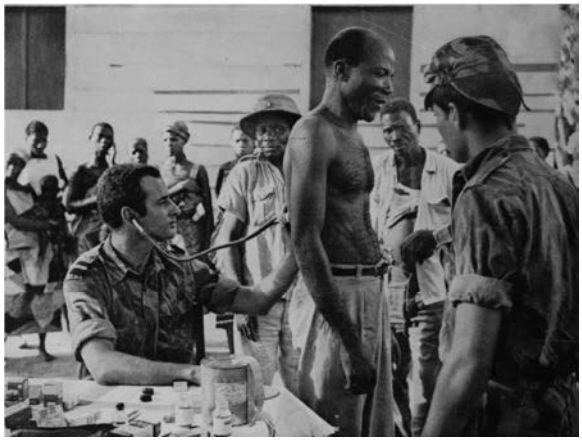
Pouco importa que Jaime Cortesão, opositor da ditadura desde a revolta de 3 de Fevereiro de 1927, tenha exaltado os descobrimentos portugueses quando referiu que "com o advento das navegações portuguesas o homem vai pela primeira vez conhecer os lineamentos gerais e a grandeza do planeta que habita".[1] O mesmo se poderia dizer da figura de Norton de Matos, assumido colonialista e, simultaneamente, adversário do Estado Novo. De resto, era tão arreigado o sentimento colonial da República derrubada pelo golpe de 28 de Maio de 1926 que o Estado Novo se sentiu 'obrigado' a manter essa linha. O mesmo sucederia perante o movimento descolonizador que se seguiu ao termo da 2.ª Guerra Mundial, porque a oposição democrática portuguesa tardou a mudar de opinião, acabando por colocar Salazar perante a necessidade de conservar as colónias para se manter no poder. Se, na segunda metade da década de 1950, Salazar tivesse desejado seguir o exemplo das outras potências coloniais, o regime cairia. A verdade é que a afeição de Salazar pelos territórios ultramarinos pode ser medida pelo facto de nunca se ter dignado visitar as terras que nos haviam legado os nossos maiores.

Do ponto de vista histórico e ideológico, a eclosão da guerra em Angola, em 1961, estabelece o início de uma nova era de apreciação da questão ultramarina. Progressivamente, a sociedade portuguesa foi fazendo um realinhamento mental relativamente à bondade da resistência imperial, criando as condições para a rotura de 25 de Abril de 1974.

Nas últimas semanas, surgiram vozes a sugerir que "a luta continua", como se ainda fosse indispensável internar o doente colonial português para um período de retardado tratamento. Deve sublinhar-se que, no âmbito da história, só é de incentivar a discussão da problemática colonial, porque ela está profundamente ligada ao que foi o nosso destino como povo. Todavia, em largos sectores da opinião anticolonial permanece uma omissão que impede um debate sério sobre este tema. De facto, para haver um debate franco, os que professam ideais anticoloniais deviam começar por esclarecer se, do ponto de vista histórico, são contra todas as formas de colonização, antigas ou recentes, ou se a sua discordância se insere, essencialmente, no pensamento anticolonialista desencadeado após a 2.ª Guerra Mundial. É que, como se compreenderá, teremos, no primeiro caso, uma interdição histórica ao acto colonizador – o que, a ter sido concretizado, deixaria, por séculos, o Brasil, Angola e Moçambique habitados por "selvagens nus da Idade da Pedra", como se lhes referiu

[1] CORTESÃO, Jaime, *A génese da expansão portuguesa*, In «História de Portugal» (DAMIÃO PERES), Vol. III, p. 333.

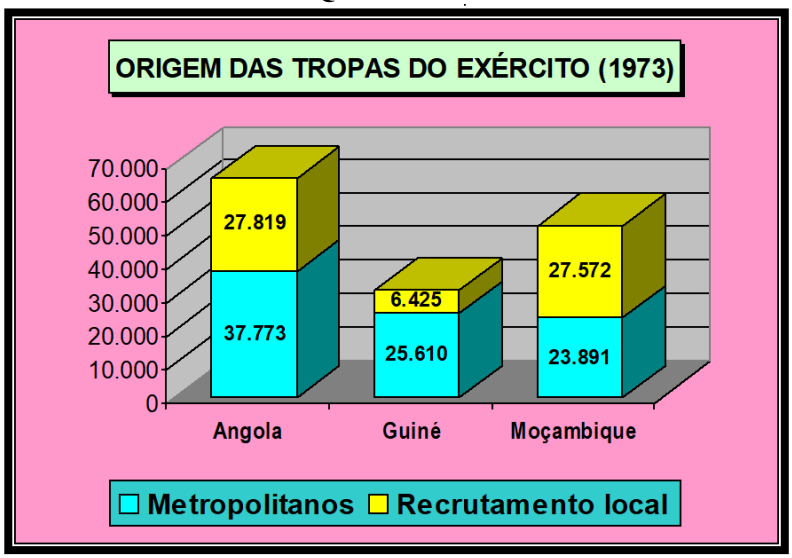
Charles Boxer[2] –, enquanto no segundo caso haveria o reconhecimento de uma meritória acção civilizadora prévia e de criação de novos Estados, ainda que à custa de uma dominação algo prolongada e ensombrada por diversas formas de violência.



Com o debate sobre a nossa última guerra colonial passa-se uma distorção equivalente. As sensibilidades 'de esquerda' tendem a sublinhar as acções violentas das tropas portuguesas, que designam por massacres, jamais se dando ao rigor de lhes atribuir a dimensão devida. Ainda estão vivas umas centenas de milhares de ex-combatentes de Angola, Moçambique e Guiné, que devem ficar abismados com esta insistência nos massacres. Muitos deles cumpriram comissões de dois anos em África sem nunca terem presenciado ou tido notícia da ocorrência de massacres. Lembram-se, sim, dos camaradas mortos ou gravemente mutilados, em emboscadas ou rebentamento de minas; lembram-se de que tinham vinte e poucos anos e do interminável confinamento de dois anos, sem televisão, sem telemóvel, sem internet e com imensas saudades de casa; lembram-se, ainda, das actividades de **Acção Psicossocial** que lhes eram determinadas superiormente, actividades essas que faziam parte da estratégia para ganhar "corações e cérebros" para a solução colonial preconizada pelo Estado Novo. De resto, a enorme participação de tropas africanas no combate aos movimentos independentistas tornaria impraticável uma acção de contraguerrilha que, durante tantos anos, fizesse do terror a sua estratégia principal. Esta *africanização* da guerra foi muito mais extensa do que se imagina (Ver Quadro A). Em Moçambique, por exemplo, os efectivos africanos representavam, por altura do 25 de Abril, mais de metade da guarnição.



**QUADRO A**[3]




A não-referência à intensa actividade das tropas portuguesas no campo da assistência social – assistência médica, escolas, vias de comunicação, etc. – só é para aqui chamada para contrastar com

[2] BOXER, Charles R., *O Império Colonial Português (1415-1825)*, p. 98.
[3] EME, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-74)*, 1.º Vol., pp. 260-261.

os massacres e para que os portugueses que já não foram à guerra se apercebam de como os ex-combatentes podem ver nessa omissão uma irremissível injustiça.

Outra evidência que nos traz a onda de artigos recentemente publicados na imprensa portuguesa é a ignorância demonstrada pela maior parte dos autores. Em nenhum dos textos que tive a oportunidade de ler vi qualquer referência às obras que se foram publicando, desde 1975, sobre a Guerra Colonial. Há mesmo quem refira que os portugueses "esconderam" a guerra, que não querem falar disso. É simplesmente falso! Há pelo menos umas seis centenas de títulos publicados sobre o tema, títulos esses que vão das obras de história pura às memórias, diários, biografias, romances, poesias, etc., e, ainda, diversos blogues e páginas na Internet que só tratam desse tema. **A esmagadora maioria dessas obras têm como autores ex-combatentes de África**. Nunca leram, pois não?

A má qualidade de alguns desses artigos resulta, ainda, da manifesta ignorância da História e da inabilidade para argumentar num terreno que se dá mal com amadorismos e contaminações ideológicas. Não conseguem olhar para o passado recente e reconhecer que o regime democrático implantado após o 25 de Abril o foi graças a um **movimento militar essencialmente anticolonial**, levado a cabo, precisamente, por ex-combatentes. Será que não conseguem mesmo retirar daí nenhuma perspectiva verdadeiramente única a nível mundial?

Para não ir a artigos de menor responsabilidade, proponho que foquemos a atenção no editorial do *Público*, de 17 de Fevereiro de 2021, da autoria de Ana Sá Lopes. O título – ***A guerra colonial nunca existiu (nem a ditadura)*** – era bastante provocante, mas obrigava a que o texto não desmerecesse. Todavia, depois de citar o comunicado do ministro da Defesa a propósito do falecimento de Marcelino da Mata, não percebendo que é normal que as Instituições tenham reacções institucionais, escrevia a editorialista:

> Imaginem o ministro da Defesa alemão a homenagear a "dedicação" e prestar o "justo reconhecimento" aos comandos nazis. Ia parecer um bocado esquisito, não era? Aqui em Portugal, como a guerra colonial, os crimes de guerra e os massacres nunca existiram, não faz mal. Além de que, ao contrário do imperialismo nazi, o império português era um "bom" império.

Ora, uma justa homenagem ao que a articulista designa por "comandos nazis" talvez não fosse completamente impossível se o regime hitleriano tivesse caído através de um golpe militar liderado por oficiais alemães, pondo termo à guerra e implantando um regime democrático, sem a intromissão de tropas estrangeiras. De resto, na formação da *Bundeswehr*, a partir de Novembro de 1955, foram reintegrados milhares de oficiais e sargentos da *Wehrmacht* do Reich, e não os proibiram de usar as condecorações ganhas durante a guerra.

Outra omissão embaraçosa no discurso anticolonialista que se apresenta como progressista e 'de esquerda' é o que decorre da pouca apetência em participar no debate do pós-colonialismo. Raramente é referida a corrupção e o despotismo existentes nos países descolonizados no século XX e as violências aí praticadas contra os direitos humanos (como foi o recente caso do massacre na Lunda-Angola). Tão-pouco manifesta interesse por debater o fenómeno de emigração das ex-colónias para as ex-metrópoles e os pedidos de concessão da nacionalidade da antiga potência colonial, tendências que talvez justifiquem mais um capítulo na apreciação final do colonialismo.

Esta postura militante, que, depois, contagia os vulgares cidadãos, tem levado a descomedimentos em todo o mundo contemporâneo. Ainda recentemente, um movimento "de esquerda", em S. Francisco, na Califórnia, tem vindo a bater-se pela alteração dos nomes de diversas escolas locais. Entre as figuras a sanear encontram-se as dos presidentes George Washington e Abraham Lincoln, acusados de pecados de índole racista. Se esta sanha punitiva pega entre nós, D. Afonso Henriques e D. João II que se cuidem, porque não estão a salvo do destempero dos novos inquisidores. Quanto a António Vieira, já levou o primeiro 'apertão' na era actual.

Outro exemplo destas tentativas de "autos de fé" culturais, em ambiente "de esquerda", teve lugar numa academia americana de prestígio, próxima de Dartmouth e do Massachussets. Segundo relato de Rodrigo Adão da Fonseca (*Observador*, 23-02-2021), "o escritor Mia Couto visitou o campus para uma série de palestras. Numa delas, numa turma de African Studies, uma jovem afro-americana, que reconheceu nunca ter saído dos EUA [...] dirigiu um fervoroso ataque ao escritor

moçambicano, acusando-o de ser um resquício do colonialismo, um falso africano que, além do mais, utilizava a linguagem colonial, o português, para dar corpo aos seus romances. A serenidade, correcção e elegância com que Mia Couto, pacientemente, respondeu a todos os ataques que se sucederam, foi uma das maiores lições de tolerância e cosmopolitismo que recebi na minha vida".

Entre nós, um deputado do PS sugeriu a demolição do Padrão dos Descobrimentos, no que deve ser considerada, até à data, a "obra-mestra" desta estrambólica corrente de pensamento. E, parece, não há quem consiga explicar a estes "heróis" que estão a alimentar todos os 'trumpismos' e 'cheguismos' que tanto dizem detestar, porque se arriscam a provocar uma onda de rejeição que tomará contornos nacionalistas, como a que existiu na Itália de Mussolini, com a ideia da "vitória traída", e na Alemanha de Hitler, com a da "punhalada pelas costas", mas que, felizmente, não tem tido expressão digna de registo em Portugal.

Quando Winston Churchill afirmou que "o Fascismo era a sombra ou o filho monstruoso do Comunismo"[4], estava ciente de como o sentimento de rejeição das acções revolucionárias em Itália, inspiradas na revolução bolchevista de 1917, alimentara o crescimento do movimento fascista. Por isso, atrevo-me a sugerir que alguns intelectuais reconhecidamente 'de esquerda' venham a terreiro afirmar a sua fidelidade aos valores que caldearam a nação portuguesa, de modo a não deixar o monopólio dessa missão aos seus adversários políticos mais extremistas. Eduardo Lourenço bem nos avisou desse perigo, ao lançar sobre o progressismo do 25 de Abril este judicioso alerta:

> Hipnotizada pelo puro combate ideológico [...] a revolução [de Abril] descurou em excesso o sentimento nacional, deixando à futura direita, após a cómoda hibernação que lhe ofereceu, a sua exaltada e frenética exploração. É verdade que os valores de "pátria", "patriotismo", "sentimento nacional", pelo seu teor afectivo, de cariz irracional, não costumam ser reivindicados pela esquerda. É um erro funesto. Nenhuma revolução triunfou com argumentos meramente ideológicos.[5]

Nem nenhuma democracia sobreviverá, acrescento eu.

David Martelo – Março de 2021

[4] *The Second World War – The gathering storm*, p. 15.
[5] LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, p. 65.